



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Sidrolândia
1ª Vara Cível

EDITAL DE LEILÃO

Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF).

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia (MS).

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BEM IMÓVEL expedidos nos autos da Ação de Execução fiscal nº 0000191-95.2003.8.12.0045 para intimação dos executados **PHYTO TECNICA REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ nº 00.194.621/0002-34), PABLO MORALES DA SILVEIRA (CPF 170.016.330-20), e FRANCISCO ODILON ROTA (CPF nº 179.339.970-04)**; dos presentantes legais **PABLO MORALES DA SILVEIRA (CPF 170.016.330-20), e FRANCISCO ODILON ROTA (CPF nº 179.339.970-04)**, do depositário do bem, dos condôminos **ANTONIO DO NASCIMENTO ROTA (CPF nº 067.146.259-87), ARLETE MARIA CARDOSO ROTA (CPF nº 828.895.979-20), HAMILTON ROTTA (CPF nº 133.623.569-15), LEOCÁDIA MARI RIBEIRO ROTTA (179.359.970-04), MARIA FELICIA NARCISO (CPF nº 561.938.311-34) e EDIO TADEU ROTTA (CPF nº 219.616.469-00)** e demais interessados.

A Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia – MS, Silvia Eliane Tedardi da Silva, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com base o artigo 880 e seguintes do NCPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, por meio do portal www.vialeiloes.com.br, o leiloeiro público oficial nomeado, o Senhor Ito Antonio Martins leva a público o pregão de venda e arrematação do bem imóvel abaixo descrito, conforme condições de venda constantes do presente edital. No 1º Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local), e término no dia 17 de julho de 2020, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem móvel no 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 07 de agosto de

Endereço: Rua Targino de Souza Barbosa, nº 855, Centro - CEP 79170-000, Fone: (67) 3272-1407, Sidrolândia-MS - E-mail: sid-1v@tjms.jus.br

2020, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 50% do valor de avaliação (artigo 25 Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

DESCRIÇÃO DO BEM:

01 (Um) Terreno urbano, próprio para edificações, com a área superficial de 456,80m², (quatrocentos e cinquenta metros e oitenta decímetros quadrados), correspondente ao Lote 10, do Loteamento da Antiga Imobiliária Ana Costa, situado na Rua Caetano Costa Junior, na cidade e comarca de Lages – SC, com as seguintes medidas lineares e confrontações: Frente, na extensão de 13,25 mts, com a Rua Caetano Costa Junior; Fundos, na extensão de 15,90 mts, com o lote nº34 da Maria Daura da Costa Ribeiro, de um lado, na extensão de 31,10 mts, com terrenos de quem de direito; e, De outro lado, na extensão de 31,70 mts, com o lote nº 11, de Eduarte Ribeiro Borges.

Também, na referida matrícula, consta averbada a construção de uma casa de alvenaria, com 139,00m² de área construída, conforme habite-se nº 566/02/A expedida pela PML em 04.11.2002, e CND do INSS nº 001682003-20001060 de 14/01/2003, a qual recebeu o nº 74, conforme matrícula imobiliária nº 29.603 inscrita no 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Lages- SC, de f 488/490 dos autos.

Considerando a penhora da quota parte de 20% do imóvel, o qual não comporta cômoda divisão, com base artigo 1.322 do Código Civil, este será vendido em sua totalidade, reservando-se do resultado da alienação as quotas dos demais condôminos.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem imóvel, em sua totalidade a ser leiloado é de R\$ 282.109,00 (duzentos e oitenta e dois mil, cento e nove reais), conforme atualização monetária da reavaliação de f 513, dos autos.

ÔNUS SOBRE O BEM IMÓVEL A SER LEILOADO: Constan ônus sobre o bem imóvel sob matrícula 29.603 a ser leiloado, sendo:

R. 5-29.603, Registro de Penhora sobre a fração de 20% da propriedade, extraído dos autos nº 5008060-47.2014.404.7206, expedido por força da 1ª Vara Federal da Comarca de Lages - SC. Exeqte: União – Fazenda Nacional.

R. 6-29.603, Registro de Penhora sobre a fração de 20% da propriedade, extraído dos autos nº 0106129-80.2004.8.12.0001, da Ação de Cumprimento de Sentença, expedido por força da 2ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Reqte: Unimed – Campo Grande/MS e Cooperativa de Trabalho Medico Ltda.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Sobre o bem imóvel a ser leiloado de inscrição municipal nº13600000163-20, constam pendências relativa a débitos de impostos no valor de **R\$ 27.285,21 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos)**, conforme discriminado Certidões de 504 e 519 dos autos, porém, estes ficam sub-rogados no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO EXECUTADO PABLO MORALES DA SILVEIRA: Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome do executado, a saber:

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0023556-53.2002.8.12.0001 (Suspenso) (001.02.023556-7). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 26/07/2002. Autor: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0030770-41.2015.8.12.0001 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 06/08/2015. Reqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0065029-38.2010.8.12.0001 (Baixado) (001.10.065029-6). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 10/11/2010. Reqte: 'Estado de Mato Grosso do Sul.

2ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0106129-80.2004.8.12.0001 (001.04.106129-3). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Duplicata. Data: 12/03/2004. Reqte: U.C.G.C.T.M.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0119182-89.2008.8.12.0001 (Baixado) (001.08.119182-1). Ação: Carta Precatória-Outro Estado-Justiça Federal-Justiça Trab. Data: 07/08/2008. Reqte: Merck Sharp & Dohme Farmacêutica E Veterinária Ltda.

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0000191-95.2003.8.12.0045 (045.03.000191-3). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Competência Tributária. Data: 23/08/2006. Exeqte: União Federal.

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0000830-69.2010.8.12.0045 (045.10.000830-0). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 12/05/2010. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

2ª Vara Cível. Processo: 0001994-40.2008.8.12.0045 (Suspenso) (045.08.001994-8). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 27/06/2008. Exeqte: União Federal. Conforme certidões de f 494, dos autos.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO EXECUTADO FRANCISCO ODILON ROTA: Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome do executado, a saber:

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0023556-53.2002.8.12.0001 (Suspendido) (001.02.023556-7). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 26/07/2002. Autor: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0030770-41.2015.8.12.0001 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 06/08/2015. Reqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0065029-38.2010.8.12.0001 (Baixado) (001.10.065029-6). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 10/11/2010. Reqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

7ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0106126-28.2004.8.12.0001 (Suspendido) (001.04.106126-9). Ação: Processo de Execução. Assunto: Liquidação / Cumprimento / Execução. Data:12/03/2004. Reqte: Unimed de Campo Grande - Cooperativa de Trabalhos Médicos Ltda.

2ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0106129-80.2004.8.12.0001 (001.04.106129-3). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Duplicata. Data: 12/03/2004. Reqte: U.C.G.C.T.M.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0003358-67.2017.8.12.0001 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 31/01/2017. Reqte: R.O.S.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo:0010142-26.2018.8.12.0001 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 22/03/2018. Reqte: R.O.S.

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0000191-95.2003.8.12.0045 (045.03.000191-3). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Competência Tributária. Data: 23/08/2006. Exeqte: União Federal.

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0000830-69.2010.8.12.0045 (045.10.000830-0). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 12/05/2010. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

2ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0001994-40.2008.8.12.0045 (Suspendido) (045.08.001994-8). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 27/06/2008. Exeqte: União Federal.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo:0831871-12.2017.8.12.0001 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 22/09/2017. Autor: R.O.S. Conforme certidões de f. 495/496 dos autos.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EMPRESA EXECUTADA PHYTO TECNICA REPRESENTAÇÕES LTDA: Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da empresa executada, a saber:

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0000191-95.2003.8.12.0045 (045.03.000191-3). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Competência Tributária. Data: 23/08/2006. Exeqte: União Federal.

1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0000830-69.2010.8.12.0045 (045.10.000830-0). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 12/05/2010. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

2ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0001083-62.2007.8.12.0045 (Baixado) (045.07.001083-2). Ação: Carta Precatória - Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 05/07/2007. Reqte: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul - CRMV-MS.

2ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia - MS. Processo: 0001994-40.2008.8.12.0045 (Suspensão) (045.08.001994-8). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 27/06/2008. Exeqte: União Federal.

Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0119182-89.2008.8.12.0001 (Baixado) (001.08.119182-1). Ação: Carta Precatória - Outro Estado - Justiça Federal - Justiça Trab. Data: 07/08/2008. Reqte: Merck Sharp & Dohme Farmacêutica E Veterinária Ltda. Conforme certidão de f 493, dos autos.

ESTADO DO BEM IMÓVEL: O bem imóvel se acha na Rua Caetano Costa Junior, Nº 74, Centro, cidade de Lages - SC, e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA:

- 1) O(s) bem(ns) será(ão) vendidos no estado de conservação em que se acha(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes do pregão (artigo 18 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 2) O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supraindicados;
- 3) Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação no primeiro pregão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá até o seu fechamento no dia e hora previsto neste Edital (artigo 25 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 4) Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (artigo 25, Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 5) Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos, contados da última oferta, e assim sucessivamente, até a permanência por 3 (três) minutos sem receber outra oferta, quando se encerrará o pregão (artigo 24 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

- 6)** Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no portal www.vialeiloes.com.br e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lanços por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (artigo 27, Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 7)** Somente serão aceitos lanços superiores ao lanço corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;
- 8)** A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço, e ser-lhe-á paga diretamente, por depósito bancário. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado. (artigo 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 8.1)** se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 9)** Homologado o lanço vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo do processo (artigo 28 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 10)** O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (artigo 29 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 11)** A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (artigo 30 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS).
- 12)** Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (artigo 31 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 13)** O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado à novo leilão à custa do exequente (artigo 892, parágrafo 1º, do NCPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente, fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro;
- 14)** O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações

judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, artigo 23 da LEF e art. 32 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

15) Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional);

16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “*ad corpus*” (artigo 500, § 3º, do Código Civil) não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão da leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil;

20) Havendo oposição de Embargos à Arrematação, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “Carta de Arrematação”;

22) As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil, o Provimento CSM/TJMS nº 375/2016 e os artigos 335 e 358 do Código Penal.

LEILÃO ELETRÔNICO: O leilão será realizado pelo leiloeiro público oficial, o Senhor Ilto Antônio Martins, Matrícula nº 12 da JUCEMS, de

forma integralmente eletrônica pela gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, por intermédio do portal www.vialeiloes.com.br.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATACÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(o) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela VIA LEILOES (obtida diretamente no site www.vialeiloes.com.br no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do leiloeiro através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta-corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Absolutta em Gestão de Ativos Eireli –EPP, CNPJ 17.533.268/0001-91, Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência 1464, Conta-Corrente nº 2936-0.

PAGAMENTO PARCELADO:

O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem, por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por meio de caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe o artigo 896, incisos I e II e seus parágrafos do CPC.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, §7º do CPC.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Em até 5 horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).
- 2) O arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento ao cartório judicial, por meio de petição.
- 3) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

ADJUDICAÇÃO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro pregão pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826 do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento até a data e hora designadas para o leilão, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pagamento, devida ao leiloeiro.

ACORDO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, devida ao leiloeiro.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: pessoalmente perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Sidrolândia/MS, situada a Rua Targino de Souza Barbosa, nº 855, Centro - CEP 79170-000, Fone: (67) 3272-1407, Sidrolândia-MS, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Alagoas, 396, 10º andar, Sala 1006, Condomínio Atrium Corporate – Jardim dos Estados, CEP: 79020-120, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262, (067) 3026-7263 ou (067) 3026-9999, e-mail: sac@vialeiloes.com.br, ilto@vialeiloes.com.br e no site www.vialeiloes.com.br.

Todas as condições e regras deste leilão encontram-se disponíveis no portal www.vialeiloes.com.br.

Ficam: os executadas, os presentantes legais, o depositário do bem imóvel, os condôminos e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Sidrolândia (MS).

Eu, Paulo Roberto Pedrosa, Analista Judiciário, digitei.
Eu, Roseni Andrade Aquino, Escrivão, conferi e subscrevi.

SILVIA ELIANE TEDARDI DA SILVA
Juíza de Direito